

ESTUDO DE AMOSTRAGEM SOBRE AS ABSTENÇÕES ELEITORAIS EM MUNICIPIOS BRASILEIROS NAS ELEIÇÕES DE 2014, 2016, 2018 e 2020

SAMPLING STUDY ON ELECTORAL ABSTENTIONS IN BRAZILIAN MUNICIPALITIES DURING THE 2014, 2016, 2018, AND 2020 ELECTIONS

ESTUDIO DE MUESTREO ACERCA DE LAS ABSTENCIONES ELECTORALES EN MUNICIPIOS BRASILEÑOS EN LAS ELECCIONES DE 2014, 2016, 2018 y 2020

Alan Kamphorst da Silva¹
André Barsch Ziegmann²

Resumo

A democracia é um tipo de governo que foi construído a duras penas; foram necessários séculos de lutas e reivindicações para que se chegasse à versão moderna que conhecemos. No entanto, no mundo inteiro, as taxas de abstenção nas eleições são muito altas, talvez por descrença dos eleitores na democracia, talvez por outros fatores. Neste trabalho escolheu-se uma amostra de 52 municípios brasileiros para correlacionar alguns dados sociogeográficos com a taxa de abstenção eleitoral em algumas eleições. A amostragem estudada não mostrou nenhuma correlação forte entre abstenção eleitoral e tamanho territorial, IDHM, taxa de alfabetização, taxa de urbanização e densidade demográfica, evidenciando que estudos sobre o tema merecem mais aprofundamento, pois a abstenção eleitoral é um fenômeno que pode colocar em risco a credibilidade da democracia.

Palavras-chave: abstenção eleitoral; escolha racional; voto; democracia.

Abstract

Democracy is a type of government that was built with difficulty, it took centuries of struggles and demands for it to arrive in the modern version that we know. However, the abstention rates in elections are very high, which suggests that perhaps there is a voter's disbelief towards democracy, or maybe other factors responsible for the high abstention rates. The following paper presents a sample of 52 Brazilian municipalities chosen to correlate some socio-geographical data with the voter abstention rate in some elections. The sample studied did not find any strong correlation between electoral abstention and territorial size, municipal human development index, literacy rate, urbanization rate and population density, showing that studies on the subject deserve more in-depth analysis, since electoral abstention is a phenomenon that can jeopardize the credibility of democracy.

Keywords: electoral abstention; rational choice; vote; democracy.

Resumen

La democracia es un tipo de gobierno que se construyó con mucha dificultad; fueron necesarios siglos de luchas y reivindicaciones para que se llegara a la versión moderna que conocemos. Sin embargo, en todo el mundo, las tasas de abstención en las elecciones son muy altas, quizás por falta de confianza de los votantes en la democracia, quizás por otros factores. En este trabajo, se eligió una muestra de 52 municipios brasileños para correlacionar algunos datos sociogeográficos con la tasa de abstención electoral en algunas elecciones. La muestra estudiada no demuestra una fuerte correlación entre la abstención electoral y tamaño del territorio, IDHM, tasa de alfabetización, tasa de urbanización y densidad demográfica, lo que indica que los estudios sobre el tema merecen un análisis más profundo, puesto que el abstencionismo electoral es un fenómeno que puede comprometer la credibilidad de la democracia.

¹ Formado em de Ciências Políticas pela Uninter. E-mail: alankamp@yahoo.com.br

² Professor orientador. Mestre em Ciência Política pela Unicamp e professor da Escola Superior de Gestão Pública, Jurídica e Política da Uninter. E-mail: andre.z@uninter.com

Palabras-clave: abstención electoral; elección racional; voto; democracia.

1 Introdução

A democracia é o tipo de governo onde as pessoas podem escolher quem vai governá-las através de uma eleição. No Brasil existem eleições para prefeito, vereadores, deputados federais e estaduais, governadores, senadores e presidente da República. O voto em nosso país é obrigatório; a pessoa que se exime de votar pode perder alguns direitos, desde que a ausência não seja justificada.

Chama a atenção que, mesmo sendo penalizados por abster-se em uma eleição, muitos eleitores deixam de comparecer às urnas fazendo com que as taxas de abstenção sejam elevadas. Quais seriam os motivos para que as pessoas não votem? Seria pelas características geográficas do local onde moram? Seria por motivos culturais? Seriam motivos econômicos? Ou será que grande parte da população não confia na democracia e nos políticos?

Para ajudar a responder algumas destas questões, nesta pesquisa serão analisadas as taxas de abstenção eleitoral em uma amostra de 52 municípios brasileiros nas eleições de 2014, 2016, 2018 e 2020. O percentual de abstenções será correlacionado com alguns índices socioeconômicos e geográficos das cidades que compõem a amostra.

Os índices escolhidos foram: o tamanho territorial do município, a densidade demográfica, a taxa de urbanização, o IDHM, e a taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos.

Os municípios selecionados para a amostra são o maior e o menor município em tamanho territorial de cada estado brasileiro, pois um dos índices a serem correlacionados com a taxa de abstenção é o tamanho do território.

Será utilizada a fórmula da correlação linear de Pearson para verificar se as taxas de abstenção nas cidades da amostragem estão correlacionadas com os índices socioeconômicos e geográficos escolhidos. Também serão organizados gráficos de dispersão para uma melhor compreensão dos resultados.

2 Referencial teórico

Hoje podemos afirmar, apesar da grande variedade de formas existentes, que a democracia é o sistema de governo predominante na maioria das nações. Tiago e Thaís Corte (CORTE; CORTE, 2018) escrevem que, apesar de a democracia não ser a forma de governo

que convém a todos os países, ela é — apesar de estar, supostamente, em declínio — preponderante no mundo.

No Brasil, um país democrático por direito, a população está acostumada com eleições a cada dois anos. As acaloradas discussões sobre política fazem parte do cotidiano; as pessoas param em frente aos telejornais para acompanhar pesquisas eleitorais, muitas abandonam o grupo da família nas redes sociais em razão das preferências políticas, outras partem para agressões verbais ou físicas para defender a sua convicção sobre determinado candidato. Tais fatos também são comuns em outros países democráticos. Mas nem sempre foi assim; até hoje em muitos lugares a democracia está relativa ou totalmente proibida.

A democracia como é conhecida atualmente é um elemento novo para a humanidade, pois os seres humanos começaram a eleger seus representantes há pouco mais de um século. Durante um longo período os grupos humanos foram governados por monarcas. Houve, ao longo da História, experiências democráticas isoladas, mas pouco inclusivas, como nas cidades gregas da antiguidade e no Império Romano, especialmente no período republicano. Para chegar à democracia moderna, foi preciso mudar muitas coisas para que as pessoas pudessem ter voz através do voto.

Ao longo do século XIX, a ascensão política dos parlamentos tornou-se incontrolável. Como resultado, as antigas monarquias do Antigo Regime transformaram-se em monarquias parlamentaristas, como na Inglaterra, ou em Repúblicas (presidencialistas ou parlamentaristas), como na França, cujo processo revolucionário destruiu as instituições monárquicas, fazendo até mesmo que a liderança máxima do governo (o poder executivo) passasse a ser escolhida por meio de eleições populares (MEDEIROS, 2016, p. 73).

Mesmo assim, para que uma maior quantidade de pessoas pudesse ter direito ao voto, muitas lutas se desenvolveram em diversas regiões do planeta. No Brasil, por exemplo, as mulheres só puderam votar a partir do ano de 1933, com o Código Eleitoral de 1932, decretado pelo governo provisório liderado por Getúlio Vargas após a Revolução de 1930.

O conteúdo das medidas incorporadas pelo código representa um marco na história das instituições eleitorais brasileiras: adotaram-se o voto secreto, a representação proporcional, o voto feminino e o voto obrigatório, além de se terem criado a Justiça Eleitoral e a representação das classes profissionais (ZULINI; RICCI, 2020, p. 600).

Hoje o voto democrático é um direito político assegurado a todos brasileiros pela Constituição Federal, no seu Capítulo VI, art. 14:

A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos [...]. O alistamento eleitoral e o voto são: I – obrigatórios

para maiores de 18 anos; II – facultativos para: a) analfabetos; b) maiores de setenta anos; c) os maiores de 16 e menores de 18 anos (BRASIL, 1988).

No entanto, mesmo depois de tantas lutas e diretos assegurados através dos anos, muitos eleitores deixam de participar das eleições, o que torna as taxas de abstenção eleitoral elevadas no mundo inteiro, inclusive no Brasil onde o voto é obrigatório.

Cabe aqui mostrar a diferença entre alienação eleitoral e abstenção eleitoral, pois o foco desta pesquisa é a abstenção eleitoral. Borba (2008) explica que a não participação eleitoral (abstenção), somada àqueles eleitores que optam por votar nulo ou em branco, caracteriza a “alienação eleitoral”. O mesmo autor ainda comenta:

O decréscimo nos índices de participação eleitoral tem se tornado um fenômeno global no mundo das democracias representativas. Os significados de tal fenômeno têm sido objetos de profundas discordâncias entre cientistas políticos. De um lado, estão aqueles que advogam que determinados índices de não participação eleitoral são não apenas aceitáveis, mas até mesmo desejáveis para a estabilidade democrática (ALMOND; VERBA, 1963; LIPSET, 1967). De outro estão situados aqueles que interpretam o fenômeno como um sinal preocupante, podendo significar desde um déficit de legitimação do regime até sinais de desagregação social (LANCELOT apud VITULLO, 2007) (BORBA, 2008, p. 134).

Downs (2013 p. 57) comenta que, diante de diversas alternativas mutuamente exclusivas, um homem racional sempre escolhe aquela que lhe traz a maior utilidade. Essa explicação mostra o quanto a questão da abstenção eleitoral é importante de ser entendida, pois um grande número de pessoas se está omitindo na escolha de seus representantes, aqueles que irão tomar decisões políticas por elas. Por que razão para muitos eleitores existem escolhas mais importantes no dia das eleições do que votar?

Estaria grande número de eleitores desiludido com as questões políticas, ou talvez outros fatores de ordem física, ambiental ou social são os que interferem na opção do eleitor por abster-se? Saber a motivação das abstenções é importante para os partidos e governos, tanto por seus próprios interesses de cooptar esses votos quanto para desenvolver políticas que mantenham a saúde da democracia.

A fim de planejar suas políticas de modo a ganhar votos o governo deve descobrir alguma relação entre o que faz e como os cidadãos votam. Em nosso modelo, a relação deriva do axioma de que os cidadãos agem racionalmente em política. Esse axioma implica que cada cidadão vota no partido que ele acredita que proporcionará mais benefícios do que qualquer outro (DOWNS, 2013, p. 57).

Se simplesmente se aplicasse o axioma sugerido por Downs à vida real, a resposta sobre as causas das altas taxas de abstenção estaria facilmente resolvida, ou seja, o eleitor se abstém

porque não existe vantagem em partido ou candidato algum. Mas é necessário investigar muito mais, pois a vontade de milhões de eleitores pode ser afetada por uma enorme quantidade de fatores.

No Brasil predominam explicações racionalistas e/ou sociológicas sobre a alienação eleitoral, segundo Borba (2008, p. 152). Conforme a revisão da literatura realizada pelo autor, a alienação é produto de um cálculo entre ganhos e perdas feito pelo eleitor (escolha racional) ou pelo contexto socioeconômico/demográfico em que ele está inserido.

Doriane Évora, em monografia apresentada na Universidade de Mindelo (2016), estudou as abstenções em duas ilhas do arquipélago Cabo de Verde, São Vicente e Santo Antão; apesar de serem regiões de difícil acesso, os fatores sociais e demográficos, mesmo com alguma influência, não são as principais justificativas para a abstenção, conforme os entrevistados.

A abstenção é um processo que pode fragilizar a democracia, uma vez que tende a aumentar, assumindo uma forma de ameaça ao sistema político. Os níveis altos de abstenção eleitoral refletem um sentimento de descrédito em relação às instituições políticas, sendo que uma grande parte dos cidadãos não se sentem representados pela classe política, colocando em causa a legitimidade dos governantes na tomada de decisões (ÉVORA, 2016, p. 45).

Olavo Brasil de Lima Jr., estudando eleições que ocorreram no Brasil antes de 1989, comenta:

Não resta dúvida, assim, que fatores de natureza ecológica afetam as variáveis da taxa de abstenção. De fato, a extensão territorial é o principal determinante da abstenção (0,68516): quanto maior a extensão do estado, maior a taxa de abstenção eleitoral. Já o grau de urbanização, como era de se esperar, afeta negativamente a abstenção: quanto maior a população urbana menor o absenteísmo (-0,31955) (LIMA JR., 1990, n. p.).

Há três explicações sugeridas para a abstenção eleitoral. Uma aduz que são fatores físicos ligados à geografia do ambiente as que incidem sobre a taxa de abstenção; outra, que são fatores sociológicos os responsáveis; mas também existe o fator psicológico, que afirma que o eleitor opta pela racionalidade de ganho/perda no momento de abster-se.

Diante dos diversos estudos sobre alienação eleitoral, este trabalho busca deixar contribuições para esta temática; optou-se, então, por analisar as taxas de abstenção eleitoral em 52 municípios nas eleições de 2014, 2016, 2018 e 2020, para verificar se existe alguma correlação entre a ausência do eleitor nas urnas e o tamanho territorial do município, a densidade demográfica, a taxa de urbanização, o IDHM, e a taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos.

3 Metodologia

Para estudar as abstenções, utilizou-se uma amostra de 52 municípios, dois de cada estado do Brasil — o maior em tamanho territorial e o menor, dentro de cada unidade da Federação. O período delimitado são as eleições gerais no primeiro e no segundo turno de 2014 e 2018; quanto às eleições municipais de 2016 e 2020, considerou-se somente o primeiro turno, por não haver segundo turno nas escolhas para prefeito na maioria das cidades que compõem a amostra.

Para ser correlacionados com as abstenções, foram utilizados os seguintes dados estatísticos apresentados pelo IBGE no censo 2010: o tamanho territorial do município, a densidade demográfica, a taxa de urbanização, o IDHM e a taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos.

As taxas de abstenção a serem estudadas foram coletadas nos sites do TSE e UOL, enquanto os dados estatísticos foram obtidos na página do IBGE na internet.

Se aplicou uma fórmula de correlação simples para verificar se existe correlação entre as abstenções eleitorais com algum dos dados estatísticos coletados. A equação utilizada na interpretação dos resultados foi a linear de Pearson, um coeficiente que varia de -1 a 1 e quanto mais próximo estiver desses valores, melhor é o grau de correlação linear entre as variáveis (QUINSLER, 2020).

$$r = \frac{[n \cdot \sum (x_i \cdot y_i)] - [(\sum x_i) \cdot (\sum y_i)]}{\sqrt{[n \cdot \sum x_i^2 - (\sum x_i)^2] \cdot [n \cdot \sum y_i^2 - (\sum y_i)^2]}}$$

Durante a análise dos resultados foram utilizados gráficos de dispersão para ajudar nas interpretações. Quanto mais concentrados ao longo de um eixo no meio do gráfico, os dados coletados estarão mais correlacionados. Quanto mais dispersas se apresentarem as visualizações gráficas dos dados, menor será a correlação.

4 Apresentação e análise dos dados coletados

4.1 Correlação das taxas de abstenção com o tamanho territorial dos municípios

As primeiras correlações calculadas foram entre as taxas de abstenção e o tamanho territorial dos municípios; os resultados estão demonstrados na tabela 1. No primeiro turno das

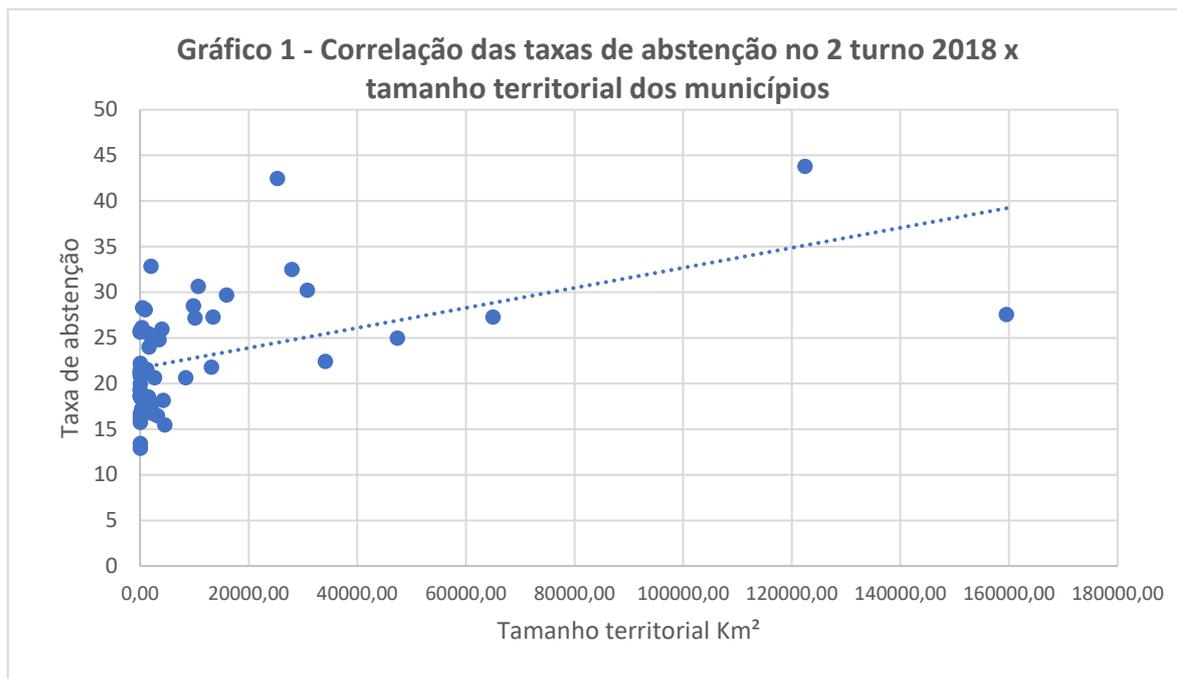
eleições de 2020, se obteve uma fraca correlação, enquanto nas demais esta correlação foi moderada.

Tabela 1 – Correlações entre a taxas de abstenção e tamanho dos municípios nas eleições de 2014, 2016, 2018 e 2020

Correlações	Resultado	Interpretação
Abstenções 1 T 2020 / tamanho Municípios.	0,336146121	Fraca
Abstenções 1 T 2016 / tamanho Municípios.	0,442075388	Moderada
Abstenções 1 T 2018 / tamanho Municípios.	0,441569868	Moderada
Abstenções 2 T 2018 / tamanho Municípios.	0,498268089	Moderada
Abstenções 1 T 2014/ tamanho municípios.	0,417498892	Moderada
Abstenções 2 T 2014 / tamanho municípios.	0,469740014	Moderada

Organização: autor

Para melhor entender os resultados, foram organizados gráficos de dispersão com as correlações estudadas. Todos mostraram-se semelhantes, com os dados afastados da linha de tendência, evidenciando uma correlação moderada entre o tamanho do município e a taxa de abstenção. Abaixo está o gráfico 1, que exhibe o segundo turno da eleição de 2018. Verificando a maneira como as amostras ficaram dispersas no gráfico, longe do eixo diagonal central, se interpreta que, apesar de o resultado ser de correlação moderada, ainda não se pode admitir que o tamanho territorial dos municípios seja uma regra para a elevada taxa de abstenções.



Organização: autor

4.2 Correlação das taxas de abstenção com o IDHM dos municípios

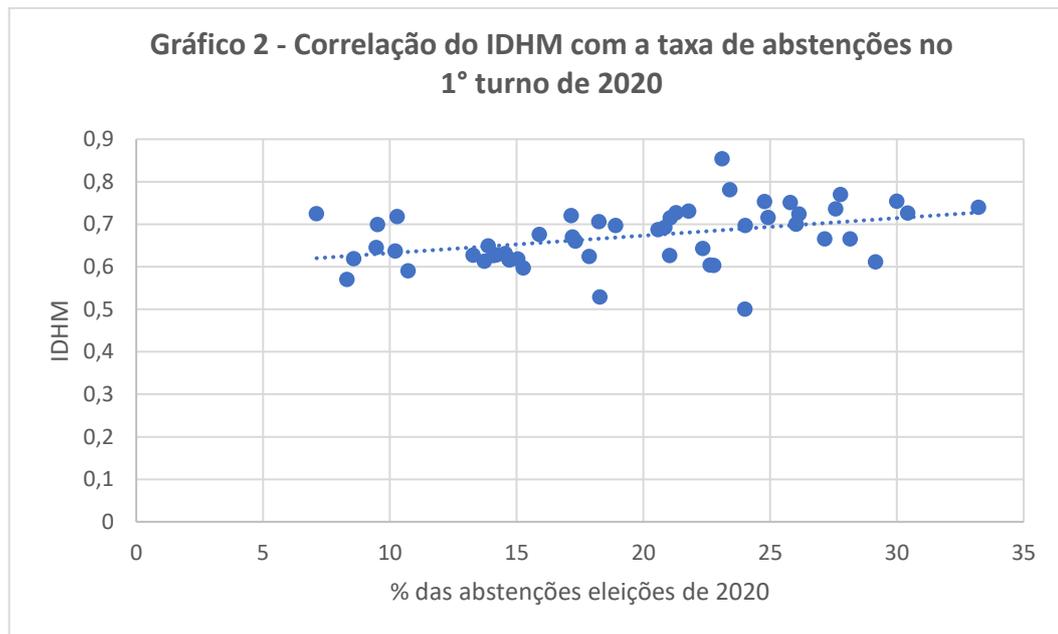
Nesta seção analisa-se a correlação da taxa de abstenção com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDHM. Este indicador representa o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida nas cidades. O IDHM baixo poderia representar uma resposta para uma taxa de abstenção mais alta, refletindo o descontentamento do eleitorado com as condições socioeconômicas do município. Mas, como se pode observar na tabela 2, não existe uma correlação do IDHM com as abstenções, pelo menos na amostra estudada.

Tabela 2 – Correlações entre a taxa de abstenção e o IDHM dos municípios

Correlações	Resultado	Interpretação
Abstenções 1 T 2020 / IDHM 2010	0,407498588	Moderada
Abstenções 1 T 2016 / IDHM 2010	0,053073715	Bem Fraca
Abstenções 1 T 2018 / IDHM 2010	0,005382945	Bem Fraca
Abstenções 2 T 2018/ IDHM 2010	-0,16312711	Fraca Negativa
Abstenções 1 T 2014 / IDHM 2010	-0,215561778	Fraca Negativa
Abstenções 2 T 2014 / IDHM 2010	-0,304432735	Fraca Negativa

Organização: autor

A correlação das abstenções de 2020 com o IDHM mostra até mesmo um resultado com interpretação moderada, mas o gráfico de dispersão não demonstra uma imagem satisfatória que evidencie uma correlação.



Organizador: autor

4.3 Correlação das abstenções com a densidade demográfica dos municípios

Os resultados da fórmula de Pearson encontrados para as abstenções correlacionadas com a densidade demográfica dos municípios obtiveram, para todas as eleições, interpretações com correlação bem fraca ou fraca, ou seja, numericamente não existe correlação. Mesmo que apareçam interpretações fracas negativas, estas significam que não há correlação.

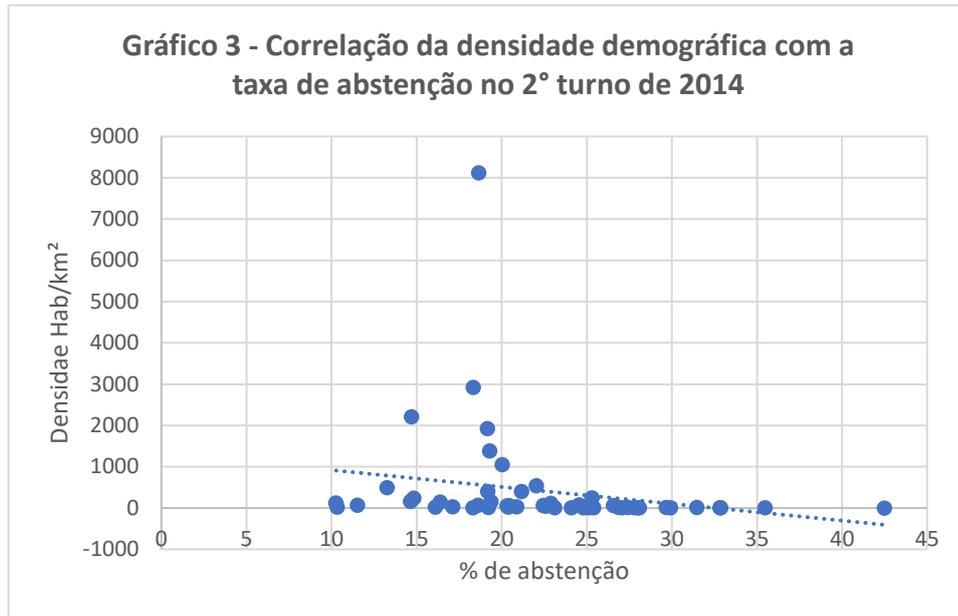
Tabela 3 – Correlações entre a abstenção e a densidade demográfica dos municípios

Correlações	Resultado	Interpretação
Abstenções 1 T 2020 / densidade hab /Km ²	0,156972051	bem fraca
Abstenções 1 T 2016 / densidade hab/Km ²	-0,029408489	bem fraca negativa
Abstenções 1 T 2018 / densidade hab/ Km ²	-0,0523436	bem fraca negativa
Abstenções 2 T 2018/ densidade hab / Km ²	-0,156653174	bem fraca negativa
Abstenções 1 T 2014 / densidade hab /Km ²	-0,180247246	bem fraca negativa
Abstenções 2 T 2014 / Densidade hab / KM ²	-0,211918796	fraca negativa

Organizador: autor

Escolhemos exibir um gráfico de dispersão com a correlação Abstenção x Densidade Demográfica para o segundo turno de 2014, por ser o maior resultado no sentido de encontrar uma correlação. Mesmo que tenha valor negativo à correlação perfeita, também pode ser atribuído o valor -1.

Os valores afastados da linha de tendência ou distribuídos aleatoriamente fora dela atestam que a densidade demográfica não é um fator que seja responsável pela abstenção eleitoral. Poderíamos imaginar que vazios demográficos pudessem ser determinantes para que os eleitores deixassem de votar, uma vez que teriam que se locomover grandes distâncias, desde suas casas até a cabine eleitoral, mas geralmente este não é o caso.



Organização: autor

4.4 Correlações entre a taxa de abstenção e a taxa de urbanização

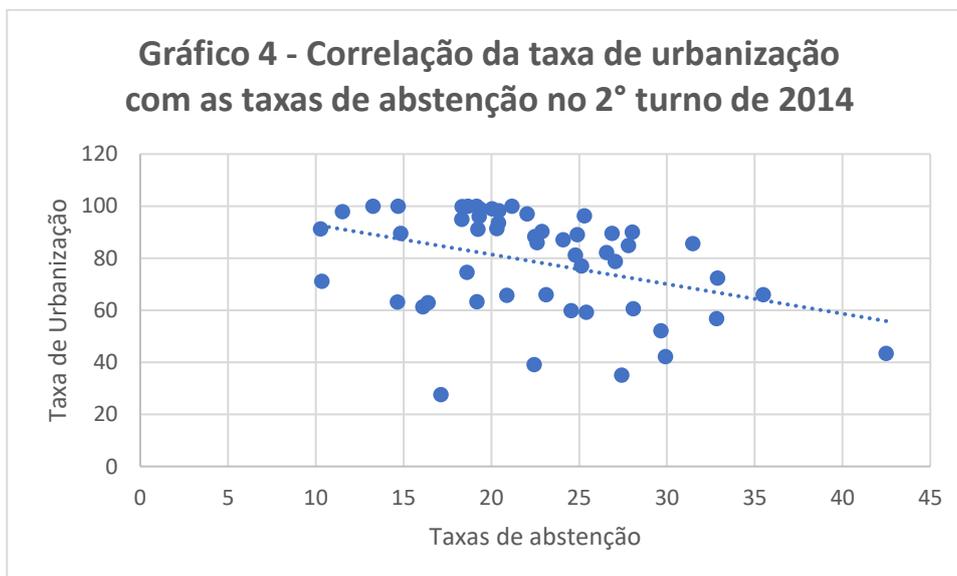
Os resultados encontrados quando correlacionadas as taxas de abstenção com a taxa de urbanização foram bastante variados, mas em nenhuma das eleições analisadas encontrou-se uma resposta de interpretação forte. Todas as interpretações foram negativas, a maioria muito fracas, não permitindo dizer que existe correlação entre as abstenções e a taxa de urbanização. O segundo turno da eleição de 2014 apresentou como resposta uma interpretação moderada negativa, merecedora da elaboração de um gráfico de dispersão (gráfico 4) para visualizarmos a sua linha de tendência e termos uma melhor análise.

Tabela 4 – Correlações entre a taxa de abstenção e a taxa de urbanização dos municípios

Correlações	Resultado	Interpretação
abstenções 1T 2020/ taxa de urbanização 2010	0,264409797	fraca
abstenções 1T 2016/ taxa de urbanização 2010	-0,124334082	bem fraca negativa
abstenções 1T 2018/ taxa de urbanização 2010	-0,0523436	bem fraca negativa
abstenções 2T 2018/ taxa de urbanização 2010	-0,204389534	fraca negativa
abstenções 1T 2014/ taxa de urbanização 2010	-0,280329492	fraca negativa
abstenções 2T 2014/ taxa de urbanização 2010	-0,373374655	moderada negativa

Organizador: autor

Verificando o gráfico 4, constata-se que não há correlação da taxa de abstenção com a urbanização dos municípios, pois os valores ficaram todos muito longe e dispersos ao longo da linha de tendência.



4.5 Correlação da taxa de abstenção com a taxa de analfabetismo

Sobre a taxa de analfabetismo, em nenhuma das eleições onde se aplicou a equação linear de Pearson se encontrou um resultado que permitisse uma interpretação com correlação forte; o valor mais significativo foi a correlação realizada com as abstenções do primeiro turno de 2020, que foi de -0,475, uma correlação moderada negativa. Também no segundo turno de

2014 encontrou-se uma correlação moderada, só que esta foi positiva e menos significativa que o primeiro turno de 2020; o resultado foi 0,2315.

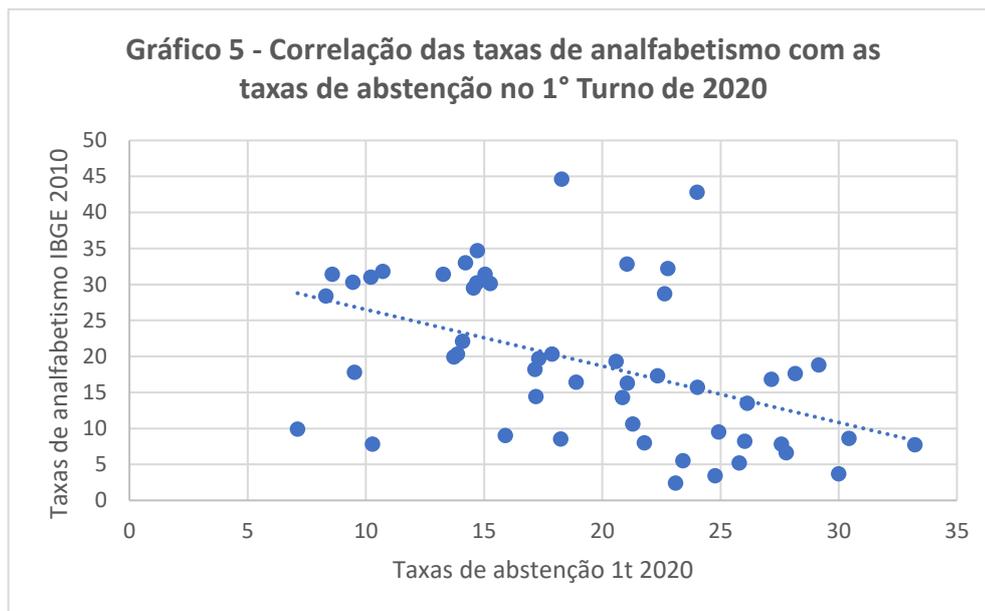
Nas outras eleições, as interpretações foram correlações bem fracas ou bem fracas negativas, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5 – Correlações entre a taxa de abstenção e a taxa de analfabetismo

Correlações	Resultado	Interpretação
abstenções 1T 2020 /taxa de analfabetismo	-0,475792376	Moderada negativa
abstenções 1T 2016 /taxa de analfabetismo	-0,099460918	bem fraca negativa
abstenções 1 T 2018 /taxa de analfabetismo	-0,035496629	bem fraca negativa
abstenções 2 T 2018 /taxa de analfabetismo	0,099562252	bem fraca
abstenções 1T 2014 /taxa de analfabetismo	0,188079549	bem fraca
abstenções 2T 2014 /taxa de analfabetismo	0,231543272	Moderada

Organizador: autor

Elaborou-se um gráfico de dispersão com a correlação do primeiro turno de 2020 por ter o resultado mais significativo e para avaliarmos melhor. Os valores das amostras ficaram dispersos, longe da linha de tendência, de maneira que se pode constatar que, mesmo nesta eleição onde o resultado da equação linear de Pearson foi mais promissor, a taxa de analfabetismo não é um valor que impõe uma regra para a abstenção.



5 Considerações finais

Buscar uma regra geral para interpretar as abstenções é uma tarefa difícil pois a decisão de não comparecer às urnas é uma escolha subjetiva de cada eleitor, que pode ser afetada por diversas variáveis estruturais.

A princípio parece que fatores sociogeográficos, quando estudados de forma mais ampla através de análises estatísticas, não são suficientes para explicar as abstenções. A aplicação da fórmula da correlação linear de Pearson, junto com as interpretações dos gráficos de dispersão, foram ferramentas que ajudaram a se chegar a esta conclusão.

O fator geográfico, o tamanho territorial do município, tem uma aderência moderada às abstenções, mas ainda é uma variável que não determina uma lei para a ausência das pessoas na hora de votar. Quanto aos outros dados estatísticos correlacionados com as taxas de abstenção da amostra estudada (densidade demográfica, taxa de urbanização, IDHM e taxa de analfabetismo), nenhum deles apresentou um resultado relevante.

O interessante seria aprofundar nos estudos voltados à escolha racional, aplicando questionários individuais junto a eleitores que se abstiveram nas eleições, para verificar os reais motivos pelos quais não compareceram às urnas.

Referências

BORBA, J. As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 134-157, jul./dez. 2008.

Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Curitiba, v. 6, n. 1, p. 99-115, jan./jun. 2023

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 maio 2021.

CORTE, Tiago D.; CORTE, Thaís D. A democracia no século XXI: crise, conceito e qualidade. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Niterói - RJ, v. 10, n. 2, p. 178-201, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3373/337355947003/html/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 2013.

ELEIÇÕES 2014. Apuração 1º Turno. **UOL**, São Paulo, 2014a. Disponível em: <https://placar.eleicoes.uol.com.br/2014/1turno>. Acesso em: 24 maio 2021.

ELEIÇÕES 2014. Apuração 2º Turno. **UOL**, São Paulo, 2014b. Disponível em: <https://placar.eleicoes.uol.com.br/2014/2turno>. Acesso em: 24 maio 2021.

ELEIÇÕES 2016. Apuração 1º Turno. **UOL**, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://placar.eleicoes.uol.com.br/2016/1turno>. Acesso em: 24 maio 2021.

ELEIÇÕES 2018. Apuração 1º Turno. **UOL**, São Paulo, 2018a. Disponível em: <https://placar.eleicoes.uol.com.br/2018/1turno>. Acesso em: 24 maio 2021.

ELEIÇÕES 2018. Apuração 2º Turno. **UOL**, São Paulo, 2018b. Disponível em: <https://placar.eleicoes.uol.com.br/2018/2turno>. Acesso em: 24 maio 2021.

ELEIÇÕES 2020. Apuração 1º Turno. **UOL**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://placar.eleicoes.uol.com.br/2020/1turno>. Acesso em: 24 maio 2021.

ÉVORA, D. C. O. **Análise comparativa da abstenção nos círculos eleitorais de Santo Antão e São Vicente**. 2016. 82 f. Monografia (Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais) - Departamento de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, Universidade do Mindelo, Mindelo - Cabo Verde, 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. ©2017 v4.6.6. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 16 maio 2021.

LIMA JR. O. B. A alienação eleitoral e seus determinantes. Nota de pesquisa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, out. 1990. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/rbcs/223-rbcs-14>. Acesso em: 27 dez. 2021.

LISTA DOS MUNICÍPIOS do Brasil por área. **Wikipédia**: a enciclopédia livre. [São Francisco, CA: Fundação Wikimedia], 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_do_Brasil_por_%C3%A1rea. Acesso em: 16 maio 2021.

MEDEIROS, Pedro. **Uma introdução à teoria da democracia**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Curitiba, v. 6, n. 1, p. 99-115, jan./jun. 2023

MELLO, C. M. **Constituição da República Anotada e Interpretada**. 1. ed. Campo Grande: Contemplar, 2013.

QUINSLER, A. P. **Estatística aplicada às análises contábeis**. Curitiba: Contentus, 2020.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. Brasília - DF. Repositório de dados eleitorais. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: 16 maio 2021.

ZULINI, J. P; RICCI, P. O código eleitoral de 1932 e as eleições da Era Vargas: um passo na direção da democracia? **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 71, p. 600-623, set./dez. 2020.

Anexos

Anexo 1. Maiores e menores municípios em tamanho territorial de cada UF e os dados sociogeográficos estudados (IBGE, 2010)

Alan Kamphorst da Silva e André Barsch Ziegmann

Estado	Município	Tamanho Município KM ²	% abstenções 2016 (1turno)	% abstenções 2018 (1 turno)	%abstenções 2018 (2 turno)	IDHM (2010)	Densidade demográfica Hab/Km ²	Taxa de urbanização %	Taxa de analfabetismo 15 anos ou mais %
Acre	Sena Madureira	25278,10	22,17	27,48	42,46	0,603	1,6	66	32,2
Acre	Acrelândia	1654,77	20,85	17,57	23,97	0,604	6,94	42,2	28,7
Alagoas	Coruripe	917,86	17,99	24,91	28,07	0,626	56,77	88,3	32,8
Alagoas	Santa Luzia do Norte	29,10	9,1	19,71	20,81	0,597	232,77	89,6	30,1
Amapa	Laranjal do Jari	30783,00	19,16	22,06	30,21	0,665	1,29	94,9	16,8
Amapa	Santana	1542,20	11,49	13,34	18,54	0,692	64,11	97,9	14,3
Amazona	Barcelos	122451,51	24,92	37,37	43,8	0,5	0,21	43,4	42,8
Amazona	Iranduba	2214,25	7,94	14,06	17,74	0,613	18,42	71,1	19,9
Bahia	Formosa do Rio Preto	15901,75	13,68	27,28	29,7	0,618	1,38	60,6	30,2
Bahia	Madre de Deus	32,20	3,77	12,2	13,42	0,718	539,61	97	7,8
Ceara	Santa Quitéria	4260,48	22,65	15,84	18,13	0,616	10,04	52,1	34,7
Ceara	Guaramiranga	59,44	12,67	12,45	16,67	0,637	70,06	59,9	31
Espirito S.	Linhares	3504,14	19,3	22,87	24,8	0,724	40,33	86	13,5
Espirito S.	Piúma	74,82	17,68	24,03	25,82	0,727	242,18	96,3	10,6
Goias	Niquelândia	9843,25	19,56	24,46	28,49	0,715	4,3	78,7	16,3
Goias	Anhanguera	56,64	3,48	17,05	22,19	0,725	17,91	93,6	9,9
Maranhã	Balsas	13141,73	9,14	20,88	21,79	0,687	6,36	87,1	19,3
Maranhã	Raposa	66,28	11,06	15,78	20,96	0,626	397,21	63,3	22,1
Mato Gro.	Colniza	27946,11	26,34	31,05	32,5	0,611	0,94	56,8	18,8
Mato Gro.	São Pedro da Cipa	342,95	13,53	22,37	26,12	0,66	12,12	89,1	19,7
Mato Gro.	Corumbá	64962,72	24,01	24,76	27,28	0,7	1,6	90,1	8,2
Mato Gro.	Douradina	280,79	11,27	16,04	17,19	0,699	19,1	61,3	17,8
Minas Ge	João Pinheiro	10727,47	19,26	27,85	30,62	0,697	4,22	81,2	15,7
Minas Ge	Santa Cruz de Minas	3,57	14,25	18,71	19,3	0,706	2206,17	100	8,5
Pará	Altamira	159533,26	22,99	25,25	27,55	0,665	0,62	84,9	17,6
Pará	Marituba	103,34	7,43	13,54	16,25	0,676	1047,44	99	9
Paraíba	Monteiro	986,36	7,3	16,59	17,57	0,628	31,28	65,7	33
Paraíba	Montadas	25,98	5,14	14,19	12,91	0,59	157,97	63,2	31,8
Paraná	Pinhais	60,87	9,15	16,96	15,74	0,751	1922,42	100	5,2
Paraná	Guarapuava	3178,65	11,06	16,34	16,47	0,731	53,68	91,4	8
Pernanbu	Petrolina	4561,87	8,36	16,32	15,44	0,697	64,44	74,6	16,4
Pernanbu	Toritama	30,93	12,36	19,52	19,96	0,618	1383,21	96	31,4
Piauí	Uruçuí	8411,91	7,42	18,61	20,62	0,631	2,4	77	29,5
Piauí	Santo Antônio dos Milagres	33,15	11,36	11,38	18,71	0,619	62,12	39,2	31,4
Rio de Jar	Campos dos Goytacazes	4026,37	18,56	23,68	25,93	0,716	115,16	90,3	9,5
Rio de Jar	Nilópolis	19,39	16,57	20,36	21,2	0,753	8117,62	100	3,4
Rio Grand	Mossoró	2099,33	13,59	17,21	16,75	0,72	123,76	91,3	18,2
Rio Grand	Senador Georgino Avelino	25,93	8,61	12,96	16,14	0,57	151,31	98,9	28,4
Rio Grand	Alegrete	10152,41	25,08	26,26	27,16	0,74	9,95	89,6	7,7
Rio Grand	Esteio	27,68	19,36	20,61	21,53	0,754	2917,87	99,9	3,7
Rondônia	Porto Velho	34096,39	18,64	19,41	22,4	0,736	12,57	91,2	7,8
Rondônia	Teixeirópolis	459,98	20,12	26,18	28,3	0,643	10,63	35,1	17,3
Roraima	Caracará	47408,90	16,61	13,05	24,98	0,624	0,39	59,3	20,3
Roraima	São Luíz	1526,89	13,68	11,25	25,46	0,649	4,42	66	20,3
Santa Cat	Lages	2631,50	17,3	20,27	20,62	0,77	59,56	98,2	6,6
Santa Cat	Bombinhas	35,92	14,22	19,42	21,37	0,781	397,99	100	5,5
São Paulo	Iguape	1977,96	27,44	32,59	32,83	0,726	14,58	85,6	8,6
São Paulo	Águas de São Pedro	3,61	16,02	23,43	25,63	0,854	488,89	100	2,4
Sergipe	Poço Redondo	1232,12	12,38	20,74	21,54	0,529	25,06	27,6	44,6
Sergipe	General Maynard	19,98	8,46	15,1	18,58	0,645	146,63	62,9	30,3
Tocantins	Formoso do Araguaia	13423,38	18,64	22,19	27,28	0,67	1,37	72,4	14,4
Tocantins	Axixá do Tocantins	150,21	16,81	15,62	18,4	0,627	61,75	82,2	31,4